

Programa de Judiciário e Política
(versão preliminar)

Professores Jeferson Mariano Silva (jmarianosilva@usp.br)
 Rogério Arantes (rarantes@usp.br)

Ementa

O curso abordará as teorias, dados e métodos empregados na análise da atuação política de tribunais constitucionais, enfatizando a atuação contemporânea do Supremo Tribunal Federal. Partindo do pressuposto de que o Supremo é indispensável à explicação das regularidades, disputas e transformações que marcam as relações políticas no Brasil, o curso pretende oferecer aos estudantes os elementos necessários para: analisar a cena política levando em consideração o papel desempenhado pelo Supremo; elaborar diagnósticos sobre o Tribunal informados pelas contribuições da literatura acadêmica especializada; localizar, nessa literatura, controvérsias e lacunas que justifiquem o desenvolvimento de pesquisas originais; e aprofundar os estudos sobre as fontes de dados e técnicas metodológicas mais recorrentes. Para alcançar esses objetivos, o curso se dividirá em cinco unidades, dirigidas ao estudo (I) dos tribunais constitucionais em contextos democráticos; (II) do recrutamento dos juízes constitucionais; (III) das práticas e procedimentos por meio dos quais eles tomam decisões; (IV) dos efeitos dessas decisões; e (V) dos controles sociais sobre sua atuação.

Programa

Aula 01

[Apresentação da Disciplina]

UNIDADE I - Tribunais constitucionais e democracia (aulas 02, 03 e 04)

Aula 02

Democracia e constitucionalismo

Roteiro da Aula Expositiva

1. Polissemia do conceito de democracia. 2. Um conceito procedimental mínimo. 3. Constituição e constitucionalismo. 4. Formas de organizar uma democracia. 5. Dimensões de cada modelo. 6. Controle de constitucionalidade.

Bibliografia obrigatória

Texto 01: Dahl, Robert. (1998), *Sobre a democracia*. Brasília: Editora UnB, 2001, pp. 97-113.

Texto 02: Lijphart, Arend. (1999), *Modelos de democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 17-23 e 245-261.

Bibliografia complementar

Texto 03: Pozas Loyo, Andrea; Ríos Figueroa, Julio. (prelo), "Authoritarian constitutionalism". Gargarella; Mendes. *Oxford handbook of constitutional law in Latin America*. New York: Oxford University Press.

Texto 04: Arantes, Rogério. (2021), "STF e Constituição policy-oriented". *Suprema*, 1, 1, pp. 299-342.

Aula 03

Tribunais constitucionais

Roteiro da Aula Expositiva

1. Supremacia da Constituição. 2. Modelos de controle. 3. Caráter político das decisões. 4. Instituições contramajoritárias? 4.1. Preferências majoritárias e minoritárias. 4.2. Opinião pública. 4.3. Eleições de candidatos e eleições de políticas. 4.4. Recrutamento de ministros. 4.5. Alternância de governos. 4.6. Reversibilidade das decisões. 5. Atores com poder de veto. 6. Poder de veto condicional.

Bibliografia obrigatória

Texto 05: Arantes, Rogério. (1997), *Judiciário e política no Brasil*. São Paulo: Idesp, pp. 27-36.

Texto 06: Dahl, Robert. (1957), “Tomada de decisões em uma democracia”. *Revista de direito administrativo*, 252, pp. 25-43, 2009.

Versão alternativa: Dahl, Robert. (1957), “Decision-making in a democracy”. *Journal of public law*, 6, pp. 279-295.

Bibliografia complementar

Texto 07: Brouard, Sylvain; Hönnige, Christoph. (2017), “Constitutional courts as veto players”. *European journal of political research*, 56, 3, pp. 529-552.

Texto 08: Arantes; Rogério. (2013), “Cortes constitucionais”. Avritzer *et al.* (orgs). *Dimensões políticas da justiça*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 195-206.

Aula 04

O Supremo Tribunal Federal: uma introdução

Roteiro da Aula Expositiva

1. Competências do Supremo. 1.1. Constitucional (Rp, ADI, ADPF, ADO, ADC e MI). 1.2. Recursal (REs, Súmulas e Repercussão geral). 1.3. Ordinária (HCs). 2. Instituição contramajoritária? 2.1 Reversibilidade das decisões. 2.2. Alternância de governos. 3. Controle judicial das relações federativas.

Bibliografia obrigatória

Texto 09: Arantes, Rogério. (1997), *Judiciário e política no Brasil*. São Paulo: Idesp, pp. 101-115.

Texto 10: Pogrebinski, Thamy. (2011), *Judicialização ou representação?* Rio de Janeiro: Elsevier, pp. 1-13.

Bibliografia complementar

Texto 11: Oliveira, Vanessa. (2009), "Poder judiciário". *Lua nova*, 78, pp. 223-250.

UNIDADE II - Recrutamento dos ministros (aulas 05 e 06)

Aula 05

Construção da trajetória e da notoriedade profissionais

Roteiro da Aula Expositiva

1. Socialização profissional. 1.1. Conhecimento. 1.2. Valores. 1.3. Relações. 2. Trajetórias. 2.1. Profissionalização. 2.2. Diferenciação. 2.3. Heterogeneização. 3. Estratégias de ascensão profissional.

Bibliografia obrigatória

Texto 12: Santos, André Marengo; Da Ros, Luciano. (2008), “Caminhos que levam à corte”. *Revista de sociologia e política*, 16, 30, pp. 131-149.

Texto 13: Fontainha, Fernando; Santos, Carlos Victor; Oliveira, Amanda. (2017), “A elite jurídica e sua política”. Engelman, Fabiano (org.). *Sociologia política das instituições judiciais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, pp. 98-123.

Bibliografia complementar

Texto 14: Chao, Georgia *et al.* (1994), “Organizational socialization”. *Journal of applied psychology*. 79, 5, pp. 730-743.

Texto 15: Oliveira, Fabiana. (2012), *STF*. Rio de Janeiro: Elsevier, pp. 45-68.

Processo de nomeação

Roteiro da Aula Expositiva

1. Modelo do juiz mediano. 2. Maximização de preferências ideológicas. 2.1. Influência do presidente. 2.2. Influência do Senado. 3. Outros objetivos das indicações.

Bibliografia obrigatória

Texto 16: Llanos, Mariana; Lemos, Leany. (2018), “Preferências presidenciais?” Marona; Del Ríó (orgs.). *Justiça no Brasil às margens da democracia*. Belo Horizonte: Arraes Editores, pp. 275-308.

Texto 17: Arguelhes, Diego; Ribeiro, Leandro. (2010), “Indicações presidenciais para o Supremo Tribunal Federal e seus fins políticos”. *Revista de direito administrativo*, 255, pp. 115-143.

Bibliografia complementar

Texto 18: Cottrell, David *et al.* (2019), “The power to appoint”. *The journal of politics*, 81, 3, pp. 1057-1068.

Texto 19: Araújo, Mateus. (2018), “Ligando os pontos entre a política de indicações e a política das decisões judiciais no STF”. Marona; Del Ríó (orgs.). *Justiça no Brasil às margens da democracia*. Belo Horizonte: Arraes Editores, pp. 309-337.

UNIDADE III - Comportamento judicial (aulas 07, 08 e 09)

Aula 07

Teorias do comportamento judicial

Roteiro da Aula Expositiva

1. Instrumentos colegiais. 2. Distribuição de preferências. 3. Formação de preferências.

Bibliografia obrigatória

Texto 20: Sakalauska, Karen. (2017), “Abordagens teóricas para o estudo das decisões da Suprema Corte”. Koerner, Andrei. (org.). *Política e direito na Suprema Corte norte-americana*. Ponta Grossa: Editora UEPG, pp. 23-58.

Texto 21: Matos, Amanda; Mariano Silva, Jeferson. (prelo), “Velhos dados, novas teses: o que sabemos sobre coalizões judiciais?”. Arantes; Arguelhes (orgs.). *STF: estado da arte da pesquisa empírica* [título provisório].

Bibliografia complementar

Texto 22: Baum, Lawrence. (1994), “What judges want”. *Political research quarterly*, 47, 3, pp. 749-768.

Aula 08

Comportamento judicial no Supremo: fragmentação ou coalizões? (1)

Roteiro da Aula Expositiva

1. Motivos para divergir. 1.1. Carga de trabalho. 1.2. Diversidade ideológica. 1.3. Quórum.
2. Fragmentação. 2.1. Fragmentação decisória. 2.2. Fragmentação deliberativa. 2.3. Estrutura institucional individualista. 3. Tribunal de solistas. 4. Ministrocrazia.

Bibliografia obrigatória

Texto 23: Mendes, Conrado. (2012), “O projeto de uma corte deliberativa”. Vojvodic, Adriana *et al.* (orgs.). *Jurisdição constitucional no Brasil*. São Paulo: Malheiros, pp. 53-74.

Texto 24: Arguelles, Diego; Ribeiro, Leandro. (2018), “Ministrocrazia”. *Novos estudos Cebrap*, 37, 1, pp. 13-32.

Bibliografia complementar

Texto 25: Epstein, Lee; Landes, William; Posner, Richard. (2011), “Why (and when) judges dissent”. *Journal of legal analysis*, 3, 1, pp. 101-137.

Texto 26: Silva, Virgílio Afonso da. (2013), “Deciding without deliberating”. *I Con*, 11, 3, pp. 557-584.

Aula 09

Comportamento judicial no Supremo: fragmentação ou coalizões? (2)

Roteiro da Aula Expositiva

1. Modelos de formação de coalizões. 1.1. Ideológico. 1.2. Estratégico. 1.3. Colegiado. 2. Coalizões no Supremo. 2.1. Indicação presidencial. 2.2. Trajetória profissional.

Bibliografia obrigatória

Texto 27: Oliveira, Fabiana. (2018), “Processo decisório no Supremo Tribunal Federal”. Marona; Del Ríó (orgs.). *Justiça no Brasil às margens da democracia*. Belo Horizonte: Arraes Editores, pp. 251-274.

Texto 28: Mariano Silva, Jeferson. (2018), “Mapeando o Supremo”. *Novos estudos Cebrap*, 37, 1, pp. 35-54.

Bibliografia complementar

Texto 29: Jacobi, Tonja. (2009), “Competing models of judicial coalition formation and case outcome determination”. *Journal of legal analysis*, 1, 2, pp. 411-458.

Texto 30: Sánchez, Arianna *et al.* (2010), “Legalistas vs. interpretativistas”. Helmke; Ríos Figueroa (coords.). *Tribunales constitucionales en América Latina*. México: SCJN, pp. 317-369.

Versão alternativa: Sánchez, Arianna *et al.* (2010), “Legalist versus interpretativist”. Helmke; Ríos Figueroa (eds.). *Courts in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011, pp. 187-218.

UNIDADE IV - Efeitos das decisões

Aula 10

Controle judicial de políticas públicas

Roteiro da Aula Expositiva

1. Causas. 1.1. Constitucionalização de políticas públicas. 1.2. Ampliação do acesso à justiça. 1.3. Rede de instituições de controle. 2. Padrões de controle. 2.1. Cooperativo. 2.2. Conflitivo. 3. Controle judicial e ciclo de políticas públicas. 4. Cumprimento das decisões e comportamento judicial. 5. O caso do controle judicial das políticas públicas de saúde.

Bibliografia obrigatória

Texto 31: Oliveira, Vanessa. (2019), “Apresentação”. Oliveira, Vanessa (org.). *Judicialização de políticas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, pp. 15-32.

Texto 32: Vasconcelos, Natália. (2020), “Solução do problema ou problema da solução?” *Revista estudos institucionais*, 6, 1, pp. 83-108.

Bibliografia complementar

Texto 33: Madeira, Lígia. (2014), “STF como ator político no Brasil”. *Revista debates*, 8, 3, pp. 57-95.

UNIDADE V - Controles sociais sobre o Supremo (aulas 11 e 12)

Aula 11

Imagem pública

Roteiro da Aula Expositiva

1. Apoio público difuso e apoio público específico. 2. Opinião pública e independência judicial. 3. Opinião pública e comportamento judicial. 4. Comportamento judicial e opinião pública. 4. Público de massas e públicos elitários .

Bibliografia obrigatória

Texto 34: Oliveira, Fabiana. (2017), “Judiciário e política no Brasil contemporâneo”. *Dados*, 60, 4, pp. 937-975.

Texto 35: Da Ros, Luciano. (2013), “Difícil hierarquia”. *Revista Direito GV*, 9, 1, pp. 47-64.

Bibliografia complementar

Texto 36: Ura, Joseph; Merrill, Alison. (2017). “The Supreme Court and public opinion”. Epstein; Lindquist (eds.). *The Oxford handbook of U.S. judicial behavior*. New York: Oxford University Press, pp. 433-458.

Texto 37: Baum, Lawrence; Devins, Neal. (2010), “Why the Supreme Court cares about elites, not the American people”. *The Georgetown law journal*, 98, pp. 1515-1581.

Aula 12

Participação social

Roteiro da Aula Expositiva

1. Mobilização do direito. 2. Condições. 2.1. Direitos mobilizáveis. 2.2. Acesso à justiça. 2.3. Receptividade judicial. 3. Grupos de pressão e *lobby*. 4. Audiências públicas. 5. *Amici curiae*. 6. O caso do conflito sobre o aborto.

Bibliografia obrigatória

Texto 38: Guimarães, Lúvia. (2020), “Participação social no STF”. *Direito & práxis*, 11, 1, pp. 236-271.

Texto 39: Maciel, Débora; Machado, Marta. (2018), “A batalha do aborto e a nova reação conservadora no Brasil”. Marona; Del Ríó (orgs.). *Justiça no Brasil às margens da democracia*. Belo Horizonte: Arraes Editores, pp. 72-98.

Bibliografia complementar

Texto 40: Fanti, Fabiola. (2017), “Movimentos sociais, direito e poder judiciário”. Engelman, Fabiano (org.). *Sociologia política das instituições judiciais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, pp. 241-274.

Texto 41: Marona, Marjorie; Rocha, Marta. (2017), “Democratizar a jurisdição constitucional?” *Revista de sociologia e política*, 25, 62, pp. 131-156.

Leituras sugeridas

Democracia e constitucionalismo

Przeworski, Adam. (1988), “Democracy as a contingent outcome of conflicts”. Elster; Slagstad. *Constitutionalism and democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 59-80.

Versão alternativa: Przeworski, Adam. (1988), “Democracia como resultado contingente de conflictos”. Elster; Slagstad. *Constitucionalismo y democracia*. México: Fondo de Cultura Económica, 2012, pp. 91-112.

Elster, Jon. (2000), *Ulisses liberto*. São Paulo: Editora Unesp, pp. 119-221.

Tribunais constitucionais

Peretti, Terri. (2005), “An empirical analysis of Alexander Bickel’s The least dangerous branch”. Ward; Castillo (eds.). *The judiciary and American democracy*. Albany: State University of New York Press, pp. 123-145.

Epstein, Lee; Knight, Jack; Martin, Andrew. (2001), “The Supreme Court as a strategic national policy-maker”. *Emory law journal*, 50, pp. 583-611.

Vanberg, Georg. (2001), “Legislative-judicial relations”. *American journal of political science*, 45, 2, pp. 346-361.

O Supremo Tribunal Federal: uma introdução

Da Ros, Luciano; Taylor, Matthew. (2019), “Juízes eficientes, judiciário ineficiente no Brasil pós-1988”. *BIB*, 89, pp. 1-31.

Arantes, Rogério; Arguelhes, Diego. (2019), “O estado da arte da pesquisa sobre o Supremo Tribunal Federal”. Queiroz; Feferbaum (coords.). *Metodologia de pesquisa em direito*. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, pp. 437-450.

Construção da trajetória e da notoriedade profissionais

Almeida; Fábio; Fontainha, Fernando; Maciel, Gabriela. (2017), “Produzindo elites jurídicas: prêmios, comendas e distinções dos ministros do STF (1988-2013)”. Veronese; Benvindo (orgs.). *Política e poder judiciário*. Rio de Janeiro: Fun.

Queiroz, Rafael; Acca, Thiago; Gama, Barbara. (2016), “De las aulas universitarias a la toga”. *Precedente*, 8, pp. 97-134.

Processo de nomeação

Epstein, Lee; Segal, Jeffrey. (2008), *Advice and consent*. New York: Oxford University Press.

Türner, Cláudia; Prado, Mariana. (2009), “A democracia e seu impacto nas nomeações dos diretores de agências reguladoras e ministros do STF”. *Revista de direito administrativo*, 250, pp. 27-74.

Nemacheck, Christine. (2017). “Appointing Supreme Court justices”. Epstein, Lee; Lindquist, Stefanie (eds.). *The Oxford handbook of U.S. judicial behavior*. New York: Oxford University Press, pp. 29-46.

Teorias do comportamento judicial

George, Tracey; Weaver, Taylor. (2017). “The role of personal attributes and social backgrounds on judging”. Epstein, Lee; Lindquist, Stefanie (eds.). *The Oxford handbook of U.S. judicial behavior*. New York: Oxford University Press.

Segal, Jeffrey; Spaeth, Harold. (2002), *The Supreme Court and the attitudinal model revisited*. New York: Cambridge University Press.

Maltzman, Forrest; Spriggs II, James F., Wahlbeck, Paul J. (2000), *Crafting law on the Supreme Court*. New York: Cambridge University Press, pp. 1-28.

Klein, David. (2017). “Law in judicial decision-making”. Epstein, Lee; Lindquist, Stefanie (eds.). *The Oxford handbook of U.S. judicial behavior*. New York: Oxford University Press.

Westerland, Chad. (2017). "The strategic analysis of judicial behavior and the separation of powers". Epstein, Lee; Lindquist, Stefanie (eds.). *The Oxford handbook of U.S. judicial behavior*. New York: Oxford University Press.

Baum, Lawrence. (2017). "Judges and their audiences". Epstein, Lee; Lindquist, Stefanie (eds.). *The Oxford handbook of U.S. judicial behavior*. New York: Oxford University Press.

Dressel, Björn; Inoue, Tomoo. (2018), "Informal networks and judicial decisions". *International political science review*, 39, 5, pp. 616-633.

Comportamento judicial no Supremo: fragmentação ou coalizões? (1)

Alarie, Benjamin; Green, Andrew. (2017), *Commitment and cooperation on high courts*. New York: Oxford University Press, pp. 1-30.

Silva, Virgílio Afonso da. (2015), "Um voto qualquer?". *Revista estudos institucionais*, 1, 1, pp. 180-200.

Hartmann, Ivar *et al.* (2017), "A influência da TV Justiça no processo decisório do STF". *Revista de estudos empíricos em direito*, 4, 3, pp. 38-56.

Comportamento judicial no Supremo: fragmentação ou coalizões? (2)

Mariano Silva, Jeferson. (2016), *Jurisdição constitucional em Espanha (1981-1992) e Brasil (1998-1997)*. Tese (ciência política). Rio de Janeiro: IESP-UERJ, pp. 193-233.

Hönnige, Christoph. (2009), "The electoral connection". *West European politics*, 32, 5, pp. 963-984.

Armstrong II, David A. *et al.* (2014), *Analyzing spatial models of choice and judgment with R*. Boca Raton: CRC.

Controle judicial de políticas públicas

Oliveira, Vanessa. (2019), “Caminhos da judicialização do direito à saúde”. Oliveira, Vanessa (org.). *Judicialização de políticas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, pp. 177-200.

Wang, Daniel; Vasconcelos, Natália. (2015), “Adjudicação de direitos e escolhas políticas na assistência social”. *Novos Estudos Cebrap*, 103, pp. 135-151.

Imagem pública

Gibson, James; Caldeira, Gregory; Baird, Vanessa. (1998), “On the legitimacy of national high courts”. *American political science review*, 92, 2, pp. 343-358.

Giles, Micheal; Blackstone, Bethany; Vining, Richard. (2008), “The Supreme Court in American democracy”. *The journal of politics*, 70, 2, pp. 293-306.

Participação social

Collins, Paul. (2017). “Interest groups and the judiciary”. Epstein, Lee; Lindquist, Stefanie (eds.). *The Oxford handbook of U.S. judicial behavior*. New York: Oxford University Press, pp. 361-379.

Benedetti, Miguel Ángel; Sáenz, María Jimena. (2016), *Las audiencias públicas de la Corte Suprema*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno.